



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho 17ª Região - VITÓRIA

Rua José Alexandre Buaiz, 350, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-545 - Fone (27) 2125-4500 - Fax (27) 2125-4516

PA-PROMO 000246.2021.17.003/8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA n.º 78648.2023

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT), pela procuradora do trabalho subscritora, na condição de Coordenadora do Projeto Regional “Caminho das Pedras” da Procuradoria Regional da 17ª Região, situada na Rua José Alexandre Buaiz, Edifício Affinity Home Work, n. 350, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP: 29050-545, no exercício de suas atribuições institucionais e legais, com fundamento no art. 129, III e V, da Constituição Federal de 1988 e no art. 6º, VII, c, da Lei Complementar n. 75/93

CONSIDERANDO o previsto na Resolução n. 82/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre as audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados;

CONSIDERANDO que o art. 200, II, da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Saúde n. 8.080/1990, em seu art. 6º, atribui ao SUS a competência da atenção integral à Saúde do Trabalhador, envolvendo ações de promoção, vigilância e assistência à saúde;

CONSIDERANDO que a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) é um componente do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, como definido no Anexo III da Portaria de Consolidação n. 4 (origem: Portaria GM/MS n. 1378/2013), que visa à promoção da saúde e à redução da morbimortalidade da população trabalhadora, por meio da integração de ações que intervenham nos agravos e seus determinantes decorrentes dos modelos de desenvolvimento e processos produtivos;

CONSIDERANDO que o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) foi implantado de forma gradual em nosso País, a partir de 1993, como parte do conjunto de Sistemas de Informação em Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), alimentado por meio da notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória, sendo facultado aos Estados e Municípios incluírem outros problemas de saúde importantes em sua região;

CONSIDERANDO que, a partir de 1998, o uso do SINAN foi regulamentado, tornando obrigatória a alimentação regular da base de dados nacional pelos Municípios, Estados e Distrito Federal;

CONSIDERANDO que um dos objetivos do SINAN é gerar informações que permitam identificar do que morrem e adoecem os trabalhadores, permitindo utilizar as informações de morbimortalidade associando aos ramos de atividade econômica e aos processos de trabalho para poder intervir sobre causas determinantes, elaborando estratégias de atuação no campo da promoção, da prevenção, controlando e enfrentando, de forma estratégica, integrada e eficiente, os problemas de saúde coletiva relacionados com o trabalho, permitindo desenvolver um diagnóstico para subsidiar e orientar políticas públicas para a Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras, definidos por meio de critérios de prioridade epidemiológica, integrando os serviços do Sistema Único de Saúde-SUS, voltados à Assistência e à Vigilância, de forma a congrega os esforços dos principais executores com interface na Saúde do Trabalhador;

CONSIDERANDO que, no estado do Espírito Santo, o SINAN foi substituído, em 2020, pelo sistema de informação estadual de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde, o e-SUS Vigilância em Saúde (e-SUSVS);

CONSIDERANDO que as **Portarias de Consolidação n. 4 e n. 5** (origem: Portaria n. 204 GM-MS, de 17 de fevereiro de 2016) definem a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços públicos e privados em todo o território nacional;

CONSIDERANDO que a gravidade do quadro de saúde dos trabalhadores brasileiros está expressa, entre outros indicadores, pelos acidentes do trabalho e doenças relacionadas ao trabalho;

CONSIDERANDO que o Código Penal Brasileiro, em seu art. 269, dispõe caracterizar-se como Crime contra a Saúde Pública a "[...] Omissão de Notificação de Doença cuja notificação seja compulsória", prevendo pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa;

CONSIDERANDO que a Consolidação das Leis do Trabalho, em seu art. 169, dispõe que "[...] será obrigatória a notificação das doenças profissionais e das produzidas em virtude de condições especiais de trabalho, comprovadas ou objeto de suspeita, de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho";

CONSIDERANDO a valorização da articulação intrasetorial na saúde, baseada na transversalidade das ações de atenção à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, nos distintos níveis de complexidade do SUS, com destaque para as interfaces com as Vigilâncias Epidemiológica, Sanitária e Ambiental;

CONSIDERANDO a necessidade da disponibilidade de informação consistente e ágil sobre a situação da produção, perfil dos trabalhadores e ocorrência de agravos relacionados ao trabalho para orientar as ações de saúde, a intervenção nos ambientes e condições de trabalho, subsidiando o controle social;

CONSIDERANDO que, nos termos das **Portarias de Consolidação n. 4 e n. 5** (origem: Portaria n. 204 GM-MS, de 17 de fevereiro de 2016), a notificação compulsória é obrigatória para os médicos, outros profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, que prestam assistência ao paciente, em conformidade com o art. 8º da Lei n. 6.259, de 30 de outubro de 1975;

CONSIDERANDO que as **Portarias de Consolidação n. 4 e n. 5** (origem: Portaria n. 204 GM-MS, de 17 de fevereiro de 2016), com alterações promovidas pela Nota Informativa n. 94/2019-DSASTE/SVS/MS e orientações apresentadas pelo Ofício Circular n. 3/2020/DSASTE/SVS/MS de 28 de janeiro de 2020, considera como de notificação compulsória em qualquer Serviço ou Unidade de Saúde os seguintes agravos: **1.** Acidente de trabalho, independentemente de sua gravidade; **2.** Acidente de trabalho com exposição a material biológico; **3.** Transtornos mentais relacionados ao trabalho; **4.** Câncer relacionado ao trabalho; **5.** Dermatoses ocupacionais; **6.** Pneumoconioses; **7.** Perda auditiva induzida por ruído (PAIR); **8.** Lesão por esforço repetitivo/Distúrbios Osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT); **9.** Intoxicação exógena, por substâncias químicas, incluindo agrotóxicos, gases tóxicos e metais pesados; **10.** Violência doméstica e/ou outras violências, incluindo trabalho infantil;

CONSIDERANDO que, conforme estabelecido na Nota Informativa n. 94/2019-DSASTE/SVS/MS, a relação da doença ou agravo com o trabalho pode ser feita por profissionais dos serviços públicos e privados de saúde, que prestam assistência ao paciente;

CONSIDERANDO que, conforme estabelecido na Nota Informativa n. 94/2019-DSASTE/SVS/MS, os “óbitos” por acidentes de trabalho, além de serem notificados no SINAN, também devem ser registrados nas Declarações de Óbito (DO). Na parte VII-Prováveis Circunstâncias de Morte Não Natural no campo 48 - Tipo, marcar a opção “Acidente” e no campo 49 -Acidente de Trabalho a opção “Sim”.”.

CONSIDERANDO que todas as vigilâncias e unidades da Rede de Atenção à Saúde, não apenas da atenção primária, mas também da Média e Alta Complexidade, assim como os serviços de saúde da rede privada, são serviços notificadores: “A notificação compulsória é obrigatória para os médicos, outros profissionais de saúde ou responsáveis pelos serviços públicos e privados de saúde, que prestam assistência ao paciente” (art. 3º, Seção II, Anexo V, da Portaria de Consolidação n. 4), assim como “[...] a comunicação de doença, agravo ou evento de saúde pública de notificação compulsória pode ser realizada à autoridade de saúde por qualquer cidadão que deles tenha conhecimento” (§ 3º, art. 3º, Seção II, Anexo V, da Portaria de Consolidação n. 4).

CONSIDERANDO que o art. 22 da Lei n. 8.213/1991 dispõe: "A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente. [...] §2º. Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não prevalecendo nestes casos o prazo previsto neste artigo";

CONSIDERANDO que a Norma Regulamentadora (NR) n. 7 do Ministério do Trabalho e Previdência estabelece o dever das empresas de realizar a vigilância epidemiológica da saúde ocupacional dos seus empregados;

CONSIDERANDO que a vigilância epidemiológica consiste num “[...] conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos” (art. 6º, §2º, Lei n. 8.080/1990);

CONSIDERANDO que os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) das empresas privadas e entes públicos e órgãos da administração pública direta e indireta, nos termos da Norma Regulamentadora (NR) n. 4 do Ministério do Trabalho e Previdência têm a finalidade de “[...] promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho” (item 4.1 da NR n. 4);

CONSIDERANDO que os sistemas estatais de vigilância em saúde devem manter contatos, em intervalos regulares, com os serviços médicos das empresas e devem coordenar, normatizar e fiscalizar suas ações, de forma a manter a atuação articulada dos serviços públicos de saúde com o setor produtivo, nos termos do inciso VI do §3º do art. 6º da Lei n. 8.080/1990;

CONSIDERANDO que se constitui como estratégia da Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora a análise do perfil produtivo e da situação de saúde dos trabalhadores, o que pressupõe a “viabilização da compatibilização e/ou unificação dos instrumentos de coleta de dados e dos fluxos de informações, em articulação com as demais equipes técnicas e das vigilâncias” e exige o “compartilhamento de informações de interesse para a saúde do trabalhador, mediante colaboração intra e intersetorial, entre as esferas de governo, e entre instituições, públicas e privadas, nacionais e internacionais”, garantida a privacidade e confidencialidade de dados individuais identificados (art. 9º, II, *m*; IV e VI da Portaria n. 1.823/2012 GM/MS);

CONSIDERANDO que os médicos do trabalho e os demais médicos que atendem os trabalhadores de empresas e instituições, que admitem trabalhadores independentemente de sua especialidade devem, na forma do art. 2º da Resolução n. 2.297/2021 do Conselho Federal de Medicina considerar “Para o estabelecimento do nexo causal entre os transtornos de saúde e as atividades do trabalhador, além da anamnese, do exame clínico (físico e mental), de relatórios e dos exames complementares: I - A história clínica e ocupacional atual e pregressa, decisiva em qualquer diagnóstico e/ou investigação de nexo causal; II - O estudo do local de trabalho; III - O estudo da organização do trabalho; IV - Os dados epidemiológicos; V - A literatura científica; VI - A ocorrência de quadro clínico ou subclínico em trabalhadores expostos a riscos semelhantes; VII - A identificação de riscos físicos, químicos, biológicos, mecânicos, estressantes e outros; VIII - O depoimento e a experiência dos trabalhadores; IX - Os conhecimentos e as práticas de outras disciplinas e de seus profissionais, sejam ou não da área da saúde”, sendo vedado determinar ou afastar o nexo causal entre a doença e o trabalhos em a observância de tais requisitos;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 3º da Resolução n. 2.297/2021 do Conselho Federal de Medicina, os médicos do trabalho e os demais médicos que atendem os trabalhadores de empresas e instituições, que admitem trabalhadores independentemente de sua especialidade devem: “Notificar formalmente o empregador quando da ocorrência ou de sua suspeita de acidente ou doença do trabalho, para que a empresa proceda à emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho, devendo deixar registrado no prontuário do trabalhador “ e “Notificar formalmente os agravos de notificação compulsória ao órgão competente do Ministério da Saúde quando suspeitar ou comprovar a existência de agravos relacionados ao trabalho, bem como notificar formalmente ao empregador a adoção dos procedimentos cabíveis, independentemente da necessidade de afastar o empregado do trabalho, devendo registrar tudo em prontuário”.

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público Brasileiro, uno e indivisível, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e

individuais indisponíveis (Constituição Federal de 1988, art. 127);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público do Trabalho incumbe a defesa da ordem jurídica trabalhista e dos direitos sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, nos termos do arts. 127 e 129 da Constituição Federal de 1988 c/c os arts. 83, III e V, e 84 da Lei Complementar n. 75/93;

CONVOCA, por meio do presente edital, audiência pública, que realizar-se-á no **19 de outubro de 2023, às 9 horas**, por videoconferência, podendo ser acessada pelo link:

<https://link.mpt.mp.br/lunaAHm>

A audiência pública integra iniciativa realizada no âmbito do Projeto Regional da Procuradoria Regional da 17ª Região, considerando que gerar informações que permitam identificar do que morrem e adoecem os trabalhadores, mostra-se essencial para viabilizar a elaboração de estratégias de atuação no campo da promoção, da prevenção, controlando e enfrentando, de forma estratégica, integrada e eficiente, os problemas de saúde coletiva relacionados com o trabalho, permitindo desenvolver um diagnóstico para subsidiar e orientar políticas públicas para a Saúde dos Trabalhadores.

Por este edital, ficam convidados para a audiência pública representantes das entidades empresariais, da sociedade civil, de entidades sindicais, de órgãos governamentais e de organizações não governamentais, bem como quaisquer outras pessoas interessadas.

A audiência pública se realizará da seguinte forma:

1. Às 9 (nove) horas, a Procuradora do Trabalho subscritora, na condição de coordenadora da mesa, fará a abertura do evento.
2. Em seguida, a palavra será franqueada às autoridades eventualmente presentes pelo tempo de 5 (cinco) minutos para cada uma delas.
3. Depois, a palavra será franqueada ao Procurador do Trabalho Dr. Bruno Gomes Borges da Fonseca, que, em 25 (vinte e cinco) minutos, fará uma exposição sobre a saúde e segurança do trabalho, dados sobre acidentes do trabalho e o nexó técnico epidemiológico.
4. Em seguida, a palavra será assegurada à Dra. Liliane Graça Santana (Chefe do Núcleo Especial em Vigilância em Saúde do Trabalhador, na Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo – SESA e Mestra em Atenção à Saúde Coletiva pela UFES), pelo tempo de 25 (vinte e cinco) minutos, que irá tratar sobre as comunicações e notificações de acidente do trabalho.

5. A seguir, será franqueada a palavra aos participantes da audiência pública inscritos, por até 3 (três) minutos.
6. Partindo-se do levantamento das questões discutidas e buscando possíveis encaminhamentos resolutivos, o(a) coordenador(a) da mesa concederá a palavra às entidades que possam contribuir para os debates finais.
7. Nos 10 (dez) minutos finais, a coordenadora e expositores apresentarão uma avaliação geral das contribuições obtidas na audiência pública e fará os encaminhamentos.
8. Publique-se o presente edital na página da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, na internet, e divulgue-se pelos meios possíveis.
9. Por este edital, ficam convidados para a audiência pública empresários, representante sindicais, trabalhadores, integrantes de órgãos governamentais e de organizações não governamentais, representantes dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, bem como quaisquer outras pessoas interessadas.

Vitória (ES), 03 de outubro de 2023.

(assinado eletronicamente)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
ANA LÚCIA COELHO DE LIMA
Procuradora do trabalho